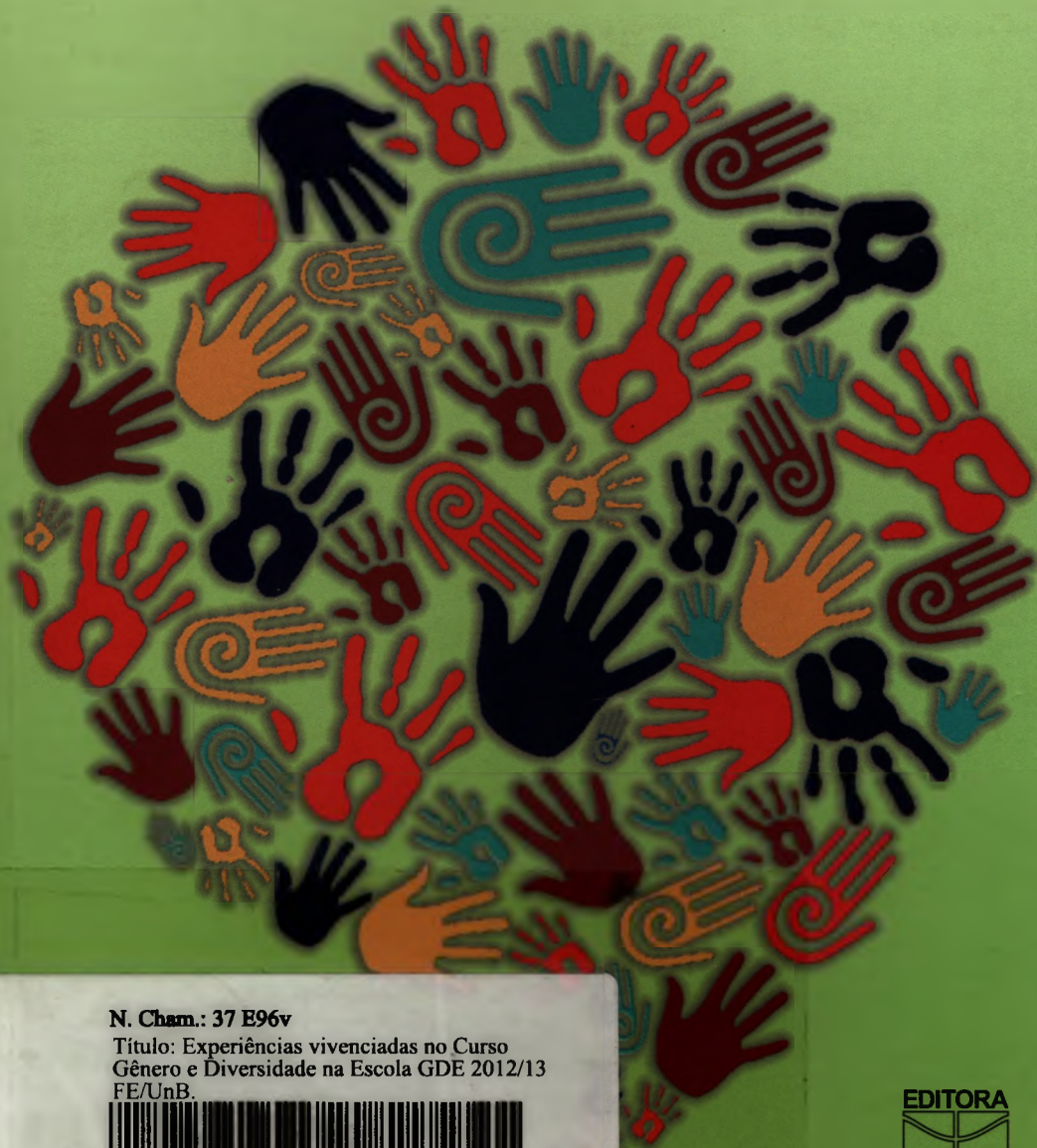


# Experiências Vivenciadas no Curso Gênero e Diversidade na Escola GDE 2012/13 FE/UnB



**N. Cham.: 37 E96v**

Título: Experiências vivenciadas no Curso  
Gênero e Diversidade na Escola GDE 2012/13  
FE/UnB.



10415011

Ac. 1024803

Ex. 3 BCE

EDITORA  
  
UnB



**Profa. Dra. Iracilda Pimentel  
Carvalho**

Doutora em História pela Universidade de Brasília, Professora adjunto da área de História da Educação, Gênero e Educação da Universidade de Brasília. Coordenadora do Curso Gênero e Diversidade na Escola (SECADI/MEC) Especialista em Educação continuada e a Distância pela Universidade de Brasília. Pesquisa e atua nas seguintes temáticas: Gênero, Educação, Sexualidade e Raça; História de Brasília; Mulheres Rurais; Educação continuada e à Distância. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e de Gênero. - UNB - GEPHERG.

Experiências Vivenciadas no Curso  
Gênero e Diversidade na Escola  
GDE 2012/13 FE/UnB

## EQUIPE EDITORIAL

Gerência de produção editorial  
Projeto gráfico, diagramação  
e revisão

Marcus Polo Rocha Duarte

Gráfica Coronário

Copyright © 2014 by  
Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:  
Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,  
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF  
Telefone: (61) 3035-4200  
Fax (61) 3035-4230  
Site: [www.editora.unb.br](http://www.editora.unb.br)  
E-mail: [contato@editora.unb.br](mailto:contato@editora.unb.br)

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

15.4

Universidade de Brasília
D.: Ed. U
Ex.: 10415011
Data: 13/01/16

APF

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

E96      Experiências vivenciadas no Curso Gênero e  
Diversidade na Escola GDE 2012/13 FE/UnB/ Iracilda Pimentel Carvalho,  
organizadora.  
- Brasília : Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2014.  
143 p. : il. ; 30 cm.

ISBN 978.85.230.1118-5

1. Diversidade. 2. Gênero. Educação. I. Carvalho, Iracilda Pimentel, organiza-  
dora.

CDU 37

Impresso no Brasil

Experiências Vivenciadas no Curso  
Gênero e Diversidade na Escola  
GDE 2012/13 FE/UnB



EDITORA  
  
UnB

Profa. Dra. Iracilda Pimentel Carvalho  
Organizadora

## EQUIPE EDITORIAL

Gerência de produção editorial  
Projeto gráfico, diagramação  
e revisão

Marcus Polo Rocha Duarte

Gráfica Coronário

Copyright © 2014 by  
Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:  
Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,  
2ª andar, CEP 70302-907, Brasília, DF  
Telefone: (61) 3035-4200  
Fax (61) 3035-4230  
Site: [www.editora.unb.br](http://www.editora.unb.br)  
E-mail: [contato@editora.unb.br](mailto:contato@editora.unb.br)

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

### Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

E96      Experiências vivenciadas no Curso Gênero e  
            Diversidade na Escola GDE 2012/13 FE/UnB/ Iracilda Pimentel Carvalho,  
            organizadora.  
            - Brasília : Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2014.  
            143 p. : il. ; 30 cm.

ISBN 978.85.230.1118-5

1. Diversidade. 2. Gênero. Educação. I. Carvalho, Iracilda Pimentel, organiza-  
dora.

CDU 37

# Sumário

---

Apresentação .....	7
Introdução .....	9
<i>Iracilda Pimentel Carvalho</i>	
Histórias possíveis: identidades e relações de gênero na escola .....	21
<i>Edilene Oliveira Silva</i>	
Sugestões de atividades e critérios de avaliação para a temática de Relações Étnico-raciais no contexto do curso Gênero e Diversidade na Escola - GDE .....	45
<i>Lucia Maria de Assunção Barbosa</i>	
Diversidade Sexual Políticas Públicas Educacionais para o Enfrentamento à Homofobia nas Escolas .....	61
<i>Prof. José Zuchinwshi</i>	
Gênero e Diversidade na Escola: as experiências, os imponderáveis e as aprendizagens com a tutoria .....	77
<i>Renata Nogueira da Silva</i>	
Percepções de Professores e Professoras da Rede Pública de Ensino do DF sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais: curso Gênero e Diversidade na Escola .....	93
<i>Ana José Marques</i>	
<i>Leila D'Arc</i>	
Reflexões sobre o Curso Gênero e Diversidade na escola no Distrito Federal .....	115
<i>Cláudia Denis Alves da Paz</i>	
Moodle no GDE: uma ferramenta indispensável .....	133
<i>Renato Aragão</i>	

# Introdução

---

Iracilda Pimentel Carvalho<sup>1</sup>

Este livro, intitulado *Experiências Vivenciadas no Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE 2012/13 FE/UnB)*, é um produto coletivo de professoras, professor, tutoras e técnico do curso *Gênero e Diversidade na Escola – GDE*, realizado em 2012/2013, pela Faculdade de Educação – FE – UnB, e faz parte de um projeto nacional coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Inclusão (Secadi) que passou a responder de maneira inovadora, com medidas voltadas ao enfrentamento da discriminação de gênero, raça/etnia ou orientação sexual.

O curso *Gênero e Diversidade na Escola (GDE)* objetiva discutir questões relativas às temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Por meio dessas categorias, foi possível desnaturalizar e apontar que diversos estereótipos acerca do que é ser homem e ser mulher foram construídos historicamente e culturalmente. Compreender a construção que fundamenta as desigualdades a que mulheres e homens estão submetidos em nossa sociedade possibilita a desnaturalização dessas situações e a ação consciente e ativa na desconstrução desta realidade.

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade de Brasília, Professora adjunto da área de História da Educação, Gênero e Educação da Universidade de Brasília. Coordenadora do Curso Gênero e Diversidade na Escola (SECADI/MEC) Especialista em Educação continuada e a Distância pela Universidade de Brasília. Pesquisa e atua nas seguintes temáticas: Gênero, Educação, Sexualidade e Raça; História de Brasília; Mulheres Rurais; Educação continuada e à Distância. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e de Gênero. - UNB - GEPHERG.



A educação como espaço de reflexão e de problematização da realidade pode vir a ser um importante instrumento de enfrentamento das diversas desigualdades a que as mulheres estão submetidas, além da discriminação racial e do preconceito por orientação sexual que também estão presentes no ambiente escolar.

Como exemplo do que pode ser feito, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil propõe que o gênero deve ser trabalhado como uma importante dimensão da sexualidade. As percepções do que é ser menino e ser menina são construídas nas interações sociais e os educadores e as educadoras devem se preocupar em não reproduzir e impor às crianças os estereótipos de gênero presentes na sociedade, além de poderem construir um espaço de reflexão e emancipação frente às imposições desses padrões.

Na educação básica, a desconstrução desses estereótipos de gênero, associada com o debate da sexualidade, pode inclusive possibilitar que as/os adolescentes reflitam as suas experiências sexuais de forma a não reproduzirem o que predomina na sociedade e que se expressa em suas relações familiares, nos meios de comunicação e até nos discursos feitos em sala de aula por profissionais da educação.

Todavia, os conteúdos relativos à sexualidade e relações de gênero não estão presentes como parte integrante do currículo obrigatório dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas, ou seja, os professores/as não são preparados/as para este difícil debate, nem para saberem como atuar em situações de suspeitas de violência sofridas por crianças e adolescentes.

Por fim, as discriminações e violências baseadas em estereótipos de gênero, racistas, homofóbicas e geracionais não ocorrem somente no âmbito doméstico, mas também no próprio contexto escolar.

Em 2003, foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, que, nos dois Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres – PNPM, traçou eixos considerados mais importantes e urgentes para garantir uma vida mais digna para mulheres. No primeiro PNPM, um desses eixos foi: Educação inclusiva e não sexista; e, no segundo, houve uma ampliação: Educação inclusiva, não sexista, não racista, não homofóbica e não lesbofóbica. Neste segundo PNPM, a questão relacio-

nada à educação aparece claramente nos objetivos gerais e específicos<sup>2</sup>. Entre as prioridades, encontram-se: promover a formação inicial e continuada de gestores/as e profissionais da educação para a equidade de gênero, raça/etnia e o reconhecimento das diversidades. E, nas metas, está a formação de profissionais de educação: formar 120 mil profissionais da educação básica nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual, em processos executados ou apoiados pelo Governo Federal.

Em 2006, a SPM, em parceria com o Ministério da Educação, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), o British Council e o Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ)<sup>3</sup>, desenvolveu o projeto-piloto do curso Gênero e Diversidade na Escola – GDE, oferecendo 1.200 vagas, em seis municípios de diferentes regiões do país<sup>4</sup>. A partir de 2008, o curso passou a ser ofertado pela Rede de Educação para Diversidade, mantendo a articulação com a SPM e a Seppir.

Em nível nacional, o curso GDE ofereceu mais de treze mil vagas, em 2008/2009, como extensão, na modalidade a distância, em diferentes estados. Em 2009/2010, foram mais de dez mil vagas, entre extensão e especialização, envolvendo aproximadamente 40 instituições de ensino superior.

A 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres<sup>5</sup>, realizada entre 12 a 15/12/2011, trouxe, em suas resoluções, o po-

---

<sup>2</sup> Nos objetivos gerais: I. Contribuir para a redução da desigualdade de gênero e para o enfrentamento do preconceito e da discriminação de gênero, étnico-racial, religiosa, geracional, por orientação sexual e identidade de gênero, por meio da formação de gestores/as, profissionais da educação e estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino; II. Consolidar na política educacional as perspectivas de gênero, raça/etnia, orientação sexual, geracional, das pessoas com deficiência e o respeito à diversidade em todas as suas formas, de modo a garantir uma educação igualitária. Nos objetivos específicos: III. Eliminar conteúdos sexistas e discriminatórios e promover a inserção de conteúdos de educação para a equidade de gênero e valorização das diversidades nos currículos, materiais didáticos e paradidáticos da educação básica; IV. Promover a formação de gestores/as e servidores/as federais de gestão direta/sociedades de economia mista e autarquias, profissionais da educação e estudantes dos sistemas de ensino público de todos os níveis nos temas da equidade de gênero e valorização das diversidades.

<sup>3</sup> Ver: <http://www.e-clam.org/gde2006.php>. Acesso em: 03/02/2012.

<sup>4</sup> Porto Velho, da região Norte; Salvador, da região Nordeste; Niterói e Nova Iguaçu, da região Sudeste; Dourados, da região Centro-Oeste; e Maringá, da região Sul. Para mais detalhes, ver GRÖSZ, 2008.

<sup>5</sup> Cf.: <http://www.sepm.gov.br/destaques/documentos/resolucoes-da-3a-cnpw>

sicionamento favorável à manutenção, consolidação e institucionalização do II PNPM (2007), em todos os níveis de governo – federal, estaduais, distrital e municipais – e, na área da educação, são reafirmadas as questões relacionadas à formação inicial e continuada de profissionais da educação e inclusão nos currículos, em todos os níveis e modalidades de ensino, garantindo uma educação inclusiva, não sexista, não racista, não lesbofóbica e não transfóbica, incorporando instrumentos legais e garantindo a elaboração de materiais didático-pedagógicos que incorporem essas perspectivas.

Outro ponto destacado nas resoluções da conferência, voltado para educação, é assegurar o uso do nome social às travestis, transexuais e transgêneros (itens 59 a 72). Atualmente, nove estados<sup>6</sup> e o Distrito Federal implementaram a inclusão do nome social nos registros escolares.

No Ministério da Educação foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade<sup>7</sup> (Secadi), em julho de 2004, reunindo temas que antes estavam distribuídos em outras secretarias, como: alfabetização e educação de jovens e adultos, educação do campo, educação ambiental, educação escolar indígena, e direitos humanos, diversidade étnico-racial, gênero e diversidade sexual.

Em 2008, a Secadi, em parceria com outros órgãos do MEC – Secretaria de Educação a Distância (Seed) e Coordenação de Pessoal do Ensino Superior (Capes) –, instituiu a Rede de Educação para a Diversidade – Rede, que passou a ter a responsabilidade sobre a formação a distância para as temáticas da diversidade<sup>8</sup>.

O objetivo da Rede é estabelecer grupo permanente de instituições públicas de educação superior dedicadas à formação continuada, semipresencial, de profissionais da rede pública da educação básica e à produção de material didático-pedagógico específico<sup>9</sup>.

<sup>6</sup> Alagoas, Bahia, Goiás, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo.

<sup>7</sup> Em 2011, houve uma reestruturação do órgão, que passou a chamar-se Secadi (Decreto nº 7.480/2011).

<sup>8</sup> O termo diversidade tem sido discutido por diferentes autores, pois é, geralmente, utilizado na discussão sobre diferenças sem “um posicionamento crítico e político e um olhar mais amplo que consiga abarcar os seus múltiplos recortes” (GOMES, 2003, p. 70).

<sup>9</sup> Manual da Rede de Educação para a Diversidade. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/MEC, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/redediversidade/pdfs/Manual.pdf>. Acesso em: 07/11/2011.

A função do MEC seria coordenar e oferecer suporte técnico e financeiro ao Programa de Formação para Diversidade, implementando cursos por meio do Sistema Universidade Aberta – UAB/Capes, a partir da adesão de instituições públicas de ensino superior e das Secretarias de Educação dos estados, municípios e Distrito Federal.

A Rede de Educação vem, desde 2008, atualizando os editais no que diz respeito às temáticas de gênero, raça e sexualidade, para diversidade, e ofereceu dezesseis cursos, no Edital nº 28/2009, dentre eles: Gênero e Diversidade na Escola; Educação para a Diversidade; Educação de Jovens e Adultos na Diversidade; Produção de Material Didático para a Diversidade; Educação para as Relações Étnico-Raciais; Educação em Direitos Humanos; Educação e Saúde; Formação de Gestores para Programas de Educação Escolar Indígena; Formação de Professores na Temática Culturas e História dos Povos Indígenas.

Os cursos oferecidos possuem carga horária total entre 90 a 240 horas, podendo ser desenvolvidos como cursos de extensão, aperfeiçoamento ou especialização. No caso dos cursos de especialização, eles podem ser compostos de um curso básico, de 180 horas, somado a outro curso específico para compor a carga horária mínima de 360 horas. Sempre oferecidos na modalidade a distância, nos diversos polos da UAB.

No que tange à formação de professores, merece destaque, também, a Rede Educação para a Diversidade, iniciativa que visa à formação de professores da educação básica com vistas ao reconhecimento e valorização das diversas dimensões da diversidade brasileira. A Rede oferece cursos, em parceria com instituições de educação superior, de distintas durações, da extensão à especialização, tratando de temas como os relativos à cultura afro-brasileira e indígena, em cumprimento às leis 10.639/2003 e 11.645/2008; questões de gênero e diversidade nas escolas; educação ambiental; educação para os direitos humanos; educação e ambiente escolar, entre outros.

Ao longo dos anos de 2009 e 2010, foram oferecidas cerca de 40 mil vagas para o atendimento de professores da educação básica em todo o Brasil. Para 2011, a meta é ampliar o atendimento e alcançar pelo menos 50 mil vagas, distribuídas em todo o território nacional (Secadi/MEC, Relatório de Gestão, 2011, p. 26)<sup>10</sup>.

Os números indicam iniciativas na formação continuada de professores/as no que diz respeito à educação para a diversidade e enfrentamento das discriminações de gênero, étnico-raciais e de orientação sexual no âmbito das instituições escolares, uma vez que essas temáticas praticamente não são trabalhadas na formação inicial de professores/as e demais profissionais da educação. Importa, contudo, que as políticas públicas e suas ações tenham acompanhamento e continuidade no que se refere aos programas de formação continuada de professores/as. Um curso de extensão ou especialização, por melhor elaborado e executado que seja, não garante mudança na prática pedagógica dos/as professores/as. Para que isso ocorra, é importante que as referidas ações de formação sobre as temáticas da diversidade sejam ampliadas para gestores/as e demais funcionários/as da escola e que estejam contempladas no Projeto Pedagógico da escola, envolvendo assim toda a comunidade escolar.

A intenção é que o debate entre os temas seja realizado de forma articulada, fornecendo elementos para transformar as práticas de ensino, desconstruir preconceitos e romper o ciclo de sua reprodução pela escola.

O GDE edição 2012/2013, objeto deste livro, ofertado no âmbito da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB), tem como público-alvo prioritário os/as professores/as e os/as orientadores/as educacionais da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

O curso se insere na modalidade de formação continuada de profissionais da educação tratando das temáticas de gênero, raça/et-

---

<sup>10</sup> Secadi/MEC/Relatório de gestão do exercício 2010. Fevereiro/2011. Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com\_docman&task.

nia e orientação sexual, possibilitando aos professores/as condições de observar e introduzir nas suas reflexões e práticas pedagógicas as relações de gênero, possibilitando a construção de uma educação inclusiva e não sexista.

Foram ofertadas duas edições do curso com 150 participantes. Na primeira edição, no ano de 2012, concluíram o curso Gênero e Diversidade na Escola noventa e seis (96) professores/as e/ou orientadores/as educacionais. Na segunda edição, ocorrida em 2013, formaram-se cento e vinte e seis (126) profissionais da Secretaria de Educação do Distrito Federal. No total, considerando as duas edições, formaram-se duzentos e vinte e dois (222) cursistas.

O curso foi estruturado em cinco módulos, sendo quatro deles temáticos: Diversidade, Gênero, Sexualidade e Orientação Sexual, Raça e Etnia, que foram discutidos utilizando a plataforma Moodle. Foram organizados, ainda, quatro encontros presenciais, nos quais aconteceram palestras, debates e socializações de atividades.

Cada oferta contou com cinco turmas virtuais, cada turma acompanhada por um/a professor/a-tutor/a, responsável pela condução do trabalho coletivo e pedagógico. Os/As professores/as tutores/as monitoraram a frequência e a participação dos/as professores/as cursistas na realização das atividades e tarefas no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) e foram assessorados/as e orientados/as por professores/as formadores/as, coordenação geral do curso e supervisão de tutoria.

Todos os/as tutores/as selecionados/as para participar do curso Gênero e Diversidade na Escola – FE/UnB possuem experiência didática e pedagógica na área de diversidade e direitos humanos, tendo em vista que todos/as são professores/as formadores que atuam diretamente ou em parceria com a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação, da Secretaria de Educação/DF.

Nas duas edições, os módulos do Livro de Conteúdo do curso foram reorganizados com relação à sequência didática. Ao invés de começar o curso pelo Módulo Gênero, tal como aparece no Livro de Conteúdo, preferimos iniciar o curso pelo Módulo Relações.

O curso foi estruturado em formato semanal. Em cada semana, foram abertos os boxes, previamente ocultos, referentes ao módulo e/ou unidade. Cada módulo – menos os módulos Diversidade e Avaliação – tem três unidades e, portanto, três semanas. A cada semana havia novas atividades. Dentre as estratégias pedagógicas utilizadas estão: fóruns de discussão, tarefas de produção de texto, análise de imagens, glossário, projeto interventivo, vídeos, entre outros. Cada unidade do módulo ficou disponível por um período máximo de 14 dias (duas semanas).

As questões dos fóruns de discussão foram planejadas e criadas pelos professores/as formadores/as do GDE/FE/UnB, de forma coletiva e dialógica com os/as tutores/as a distância, a coordenação do curso e a supervisão de tutoria. Durante a realização do curso houve a preocupação de promover a integração da equipe envolvida no projeto, no sentido de todos cooperarem e colaborarem para o sucesso do curso.

A equipe envolvida no projeto realizou diversas reuniões presenciais com a finalidade de discutir conteúdos e encaminhamentos para o curso e os fóruns de discussão.

Na primeira edição do GDE/UnB/2012, por decisão da equipe envolvida no projeto, exigiu-se dos/as cursistas como trabalho final a elaboração de um texto dissertativo com base em excertos do livro de conteúdo do GDE no qual cada cursista teria que defender seus pontos de vista a partir de argumentações devidamente fundamentadas nas leituras e discussões efetuadas ao longo do curso.

Na segunda edição do GDE/UnB/2013, exigiu-se dos/as cursistas como trabalho final a elaboração de um projeto interventivo, seguindo a padronização contida no projeto do GDE.

Os encontros presenciais, realizados na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, consistiram em dois momentos integrados: um primeiro momento de exposição e palestra com o/a professor/a formador/a responsável pelo módulo em andamento e um segundo momento de interação com a turma e a tutoria a distância.

À exceção do primeiro encontro presencial, destinado à abertura e orientações iniciais sobre o curso e o uso do ambiente virtual de aprendizagem Moodle, cada encontro presencial foi destinado à exposição e debate de um módulo do curso Gênero e Diversidade na Escola.

As palestras realizadas pelos professores/as formadores/as do GDE/FE/UnB obtiveram avaliações positivas pela maioria dos/as cursistas. Muitos/as cursistas, no questionário de avaliação final do curso, sugeriram que houvesse mais encontros presenciais e que se aprofundasse mais os conteúdos tratados no módulo. Outros, inclusive, foram favoráveis à realização do curso na modalidade presencial.

Com relação a problemas de acesso ao ambiente virtual de aprendizagem e orientações para a utilização dos recursos e ferramentas do ambiente virtual de aprendizagem (AVA), foi criado um e-mail específico ([suporte.gde@fe.unb.br](mailto:suporte.gde@fe.unb.br)) para atender às demandas dos/as cursistas, além de terem sido disponibilizados telefones de contato para eventuais necessidades de falar com a equipe de suporte. Ficou sob a responsabilidade do Suporte Técnico a inscrição dos usuários na plataforma Moodle e as orientações gerais para acesso ao ambiente virtual de aprendizagem, assim como algumas configurações avançadas e layout (tema) utilizado na sala virtual do Moodle.

O tema da evasão acompanha a experiência do GDE/UnB desde a primeira edição. Nessa segunda edição, nos anos de 2012 e 2013, buscou-se ampliar o número de ingressantes no curso, tanto na primeira edição quanto na segunda, como forma de aumentar o número de concluintes, haja vista que já prevíamos evasão ao longo do processo e desejávamos atingir a meta de ter 300 professores/as e/ou orientadores/as educacionais formados ao final do curso.

A menção final é determinada de acordo com os pontos acumulados durante os módulos e unidades do curso. Além disso, é necessária a participação em pelo menos 75% das atividades programadas. As menções seguem o padrão contido no Art. 122 do Regional Geral da Universidade de Brasília. Nesse sentido, as menções



correspondem, respectivamente, às seguintes equivalências numéricas: SS – 9,0 a 10,0 pontos; MS – 7,0 a 8,9 pontos; MM – 5,0 a 6,9 pontos; MI – 3,0 a 4,9 pontos; II – 0,1 a 2,9 pontos; SR – sem rendimento ou acima de 25% de faltas. Os/as cursistas que concluem o curso com as menções SS, MS e MM recebem o Certificado de Extensão de 200 horas expedido pela Universidade de Brasília. Após o lançamento das menções finais, a certificação é providenciada pelo Interfoco e é enviada para o/a cursista no prazo de 90 a 180 dias.

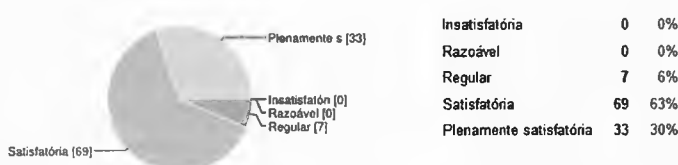
O curso foi avaliado pelos/as cursistas ao final de cada oferta. Na primeira oferta, foi elaborado um questionário utilizando a plataforma Moodle. Na segunda oferta, com a mudança do Moodle 1.9 para o Moodle 2.3, o questionário utilizado na oferta anterior foi migrado para o Google Docs.

Abaixo, as respostas com relação à questão sobre a satisfação com relação ao curso GDE:

Considerando os mais diversos aspectos deste curso, como você avaliaria a presente experiência de educação continuada na área de diversidade?

Resposta	Média	Total
razoável	2%	2
regular	4%	4
satisfatória	47%	42
plenamente satisfatória	47%	42

Turma 2012 – Satisfação com o curso GDE – 109 respostas



Turma 2013 – Satisfação com o curso GDE – 90 respostas

Apontar essas problemáticas, discutir, contextualizar e esclarecer é o objetivo do curso gênero e diversidade na escola, sob minha coordenação e com o apoio de professores formadores e tutores. Mas é importante ir além para compreender as transformações, as permanências e os acirramentos nas desigualdades de gênero e estereótipos racistas, homofóbicos e geracionais.

**Edlene Oliveira Silva**

Doutora em História pela Universidade de Brasília e professora adjunta na área de Teoria e Metodologia do Ensino de História da Universidade de Brasília. Coordenadora do LABEH (Laboratório de Ensino de História da UnB).

**Lucia Maria de Assunção Barbosa**

Professora de Português para Estrangeiros, do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução (LET). Sou líder do grupo de pesquisa (CnPq) "Língua, Cultura, Representação" e é nesses três eixos que incluo estudos relacionados à educação para as relações étnico-raciais. Fiz mestrado em Teoria da Literatura e Literatura Comparada, na UNESP (SP) e o doutorado em Estudos Portugueses, Brasileiros e da África Lusofônica, na Universidade Paris VIII (França). Oriento mestrando(as) e doutorando(as) em dois Programas de Pós-Graduação (UnB e UFSCar).

**Prof. José Zuchiwschi**

Professor Adjunto II do Departamento de Teoria e Fundamentos - TEF, Faculdade de Educação - FE, da Universidade de Brasília - UnB. É membro das áreas de pesquisas em Educação Ambiental e Ecologia Humana, Multiculturalismo e Saberes. Concluiu o doutorado em Antropologia Cultural pela Universidade de Brasília - UnB (1998).

**Renata Nogueira da Silva**

Mestra em Antropologia Social (UnB), Professora de Sociologia da Secretaria de Educação DF, tutora do GDE/Brasília.

**Ana José Marques**

Licenciada em História e mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação pela Universidade de Brasília - UnB.

**Lella D'Arc**

Professora de séries iniciais com formação de curso normal, licenciada em educação Profissional e mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação pela Universidade Brasília - UnB.

**Cláudia Denis Alves da Paz**

Doutoranda em Educação - Faculdade de Educação/UNB; Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

**Renato Aragão**

Graduado em Gestão da Tecnologia da Informação. Atua na área de Gestão de T.I em ambientes acadêmicos. Lidera projetos de sistemas para a otimização do ambiente de ensino-aprendizagem. Estuda os impactos da aplicação das boas práticas de T.I no ambiente educacional.

ISBN 978-85-230-1118-5



9 788523 011185



**Universidade de Brasília**  
Faculdade de Educação

Secretaria de Educação Continuada,  
Alfabetização, Diversidade e Inclusão

